
**ENSAIO DE GEOGRAFIA FILOSÓFICA: DA CRÍTICA À FRAGMENTAÇÃO
GEOGRÁFICA AO PLANO DE UMA HERMENÊUTICA DOS FENÔMENOS TERRESTRES**

**Essay of Philosophical Geography: from the Critical to the Geographical Fragmentation for the
Plan a Hermeneutics of Terrestrial Phenomena**

Humberto Goulart Guimarães
Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF
hugoulart_5@yahoo.com.br

Artigo recebido em 05/04/2015 e aceito para publicação em 29/06/2015

DOI: [10.12957/tamoios.2015.15954](https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.15954)

Resumo O trabalho é pautado na passagem da crítica ao plano. No primeiro momento busca-se revelar alguns dos fatos que fragmentaram o objeto da Geografia em três segmentos que não se interconectam pelo método, indicando que três dicotomias básicas formam a Geografia do presente: Ser/Devir; Homem/Natureza; e Sujeito/Objeto. Cada uma relacionada com os paradigmas de mudança do método desta ciência levando ao questionamento da extinção da Geografia, sua descrição pura de conceitos e das "ciências geográficas". O segundo momento ocorre como plano, que busca na proposta de uma Geografia Filosófica enquanto hermenêutica dos fenômenos terrestres. Como metodologia buscou-se a releitura de autores "clássicos" da Geografia moderna através das categorias e princípios lógicos do método geográfico. O principal objetivo é contribuir tanto para integração do método geográfico filosófico quanto para a consciência da condição humana terrestre perante as iniquidades vigentes.

Palavras-chave: Fragmentações; Geografia Filosófica; Método; Categorias; Princípios Lógicos.

Abstract The work is founded on the passage of criticism to the plan. At first we seek to reveal some of the things that have fragmented the object of geography into three segments that do not interconnect method, indicating three basic dichotomies that make up the geography of this present: Being/Becoming; Human/Nature; and Subject/Object. Each one related to the paradigms of change of the method of this science leading to the questioning of extinction of the Geography, its pure description of concepts and "geographical sciences". The second stage occurs as a plan that seeks the proposal of a Philosophical Geography as Hermeneutics of terrestrial phenomena. The methodology sought to the rereading of "classical" authors of modern geography through the categories and logical principles of the geographic method. The main objective is to contribute both to geographical integration of philosophical method as for the awareness of land before the inequities prevailing human condition. The main objective is to contribute both to integration of philosophical geographical method as for the awareness of the earthly human condition against the presents inequities.

Keywords: Fragmentations; Philosophical Geography; Method; Categories; Logical Principles.

O PROBLEMA REVELADO

O presente artigo possui dois caminhos, pois se trata de uma pesquisa sobre epistemologia e história do pensamento geográfico (da crítica a história do pensamento geográfico até a proposta de releitura epistemológica crítica da Geografia): o primeiro de uma crítica do autor perante a crise da Geografia enquanto saber científico com análises fragmentadas. Fruto não somente da especialização demasiada de seus profissionais, mas da própria fragmentação do conhecimento herdeiro do paradigma ocidental e suas dicotomias; e o segundo momento no plano que projeta a Geografia enquanto uma Filosofia, ou melhor, uma Geografia Filosófica numa proposta hermenêutica ontoepistemológico-crítica dos fenômenos da Terra, na busca de inter-relacionar suas categorias de análise em um método integrativo (e não um único admissível), porém sem buscar verdades absolutas e sim de propor as leituras especializadas à luz do entendimento da Totalidade Terrestre enquanto objeto concreto, evitando-se mais uma fragmentação ontoepistemológica do próprio objeto. Seguindo este caminho que o problema, e suas questões, devem ser revelados.

A partir de análises de produções científicas recentes verifica-se que o saber geográfico mostra hoje uma crise mais profunda e ao mesmo tempo sutil do que a crise apresentada entre as décadas de 1950 e 1970. A inserção da Geografia científica, principalmente a "Humana", no discurso social crítico é um fato que não inibiu ou superou a fragmentação ontológica do seu objeto de estudo. A Geografia mostra-se como uma ciência herdeira do paradigma civilizacional ocidental, no qual se observa três dicotomias básicas: Ser/Devir, Homem/Natureza e Sujeito/Objeto. Estas dicotomias básicas se espraiam como suporte da fragmentação ontológica do objeto geográfico entre as Geografias "Física" e "Humana". Esta fragmentação caminhou em paralelo com uma tentativa de aceitação científica da Geografia em busca de um objeto, contudo defrontou-se com um imbróglio epistemológico atribuindo aos conceitos (espaço, lugar, paisagem, território, região) a "responsabilidade" de elevar a identidade científica da Geografia. O que emerge é uma sobredeterminação destes conceitos lógicos sobre o método e o próprio objeto da Geografia como saber integrado, onde cada conceito será incorporado pelos temas das "Geografias setoriais adjetivadas": Geografia da População, Geografia Política, Geografia Urbana, como exemplos da Geografia "Humana" e Geomorfologia, Climatologia, Biogeografia na Geografia "Física". Pela perda de um método geográfico integrativo baseado em seu objeto e princípios lógicos como saber científico esta Geografia fragmentária é povoada, em muitos casos, de conceitos advindos de outras ciências.

A questão basilar a partir deste problema é se a Geografia está fadada a se extinguir, a partir da análise de Armando Corrêa da Silva, sendo substituída pelas "ciências geográficas" como o *Geomarketing* especialização do *Geoprocessamento* que se configura como a "Geografia Técnica"? Deste modo, o primeiro objetivo deste trabalho é através de uma crítica do autor em averiguar algumas vertentes da fragmentação do pensamento geográfico. Traçar sumariamente suas origens e demonstrar os imbróglis lógicos causados pela "visão espacial", confundindo espaço (e os conceitos atrelados a

este) com a própria Geografia em uma "constelação de conceitos". O que leva a uma questão subsequente: será este o motivo de geógrafos buscarem respaldos teóricos em métodos de outras ciências, e da Filosofia, como se no pensamento geográfico não existissem concepções próprias de interpretação da realidade?

Deste modo que o plano é uma proposta de superação via da própria Geografia e de seus métodos.

O plano faz parte do segundo objetivo deste ensaio, na busca de um método geográfico não somente científico, mas filosófico. Contudo, cabe ressaltar que não se trata de "transplantar" análises e conceitos da Filosofia para o pensamento geográfico, evitando a condição de dublê de filósofo ou da pretensão de se tornar filósofo, mas de propiciar a inter-relação interpretativa da Geografia "em relação às bases filosóficas que norteiam o processo de elaboração do conhecimento" (HAESBAERT, 2002, p. 17). Destarte, a Filosofia deve partir dos métodos da Geografia, pois segundo Milton Santos (1988, p. 9) os primeiros geógrafos antes da gênese científica "eram igualmente filósofos, tal como Estrabão". Nesse sentido, a proposta de uma *Geografia Filosófica* busca colaborar com a manutenção do campo e principalmente para suscitar a integração entre a Geografia Regional e as Geografias temáticas dos complexos fenômenos terrestres e do ordenamento territorial humano, no qual a relação entre Geografia e Filosofia não será somente um interesse histórico (de narração "neutra") como já ressaltava Massimo Quaini (2002, p. 25).

A metodologia do segundo momento propositivo será através da releitura ontoepistemológica crítica da Geografia, no sentido de inter-relacionar a metodologia hermenêutica com uma Geografia integrativa e crítica evitando-se a tensa fragmentação do objeto por via do que por hora conceituou-se como interpretação ontoepistemológica (factual e teórica, por isso concreta). A inter-relação entre uma análise histórica da hermenêutica na Filosofia e suas relações de método com a Geografia será a "ponte" que proporcionará a releitura de alguns "clássicos" da Geografia como Élisée Reclus, Jean Brunhes, Eric Dardel, Alfred Hettner e Richard Hartshorne, para inicialmente saber o que fazer com estes clássicos quanto à integração do saber geográfico e seu método hermenêutico, enquanto ciência, visando o objeto concreto geográfico, seus princípios e principalmente o propósito científico da Geografia através da matriz de pensamento destes geógrafos. A linha de raciocínio que permeia a geograficidade do método é o retorno aos fundadores científicos Karl Ritter e Alexander von Humboldt, tanto na herança direta de Élisée Reclus (também politicamente libertário) via Karl Ritter, quanto pela metodologia da integração total de Richard Hartshorne dos fundadores científicos via Alfred Hettner, além dos propósitos do espírito geográfico das obras ímpares de Jean Brunhes e Eric Dardel.

Como forma preliminar de um trabalho de construção ontoepistemológica em prol de uma Geografia Filosófica que não somente questione a fragmentação da geografia e sim busque a reconstrução a partir de suas especificidades foram escolhidos estes autores pelos seguintes motivos: 1) sendo uma releitura de geógrafos "moderno-clássicos", escolheu-se autores que apresentaram um

propósito não somente "humano" ou "físico", mas que visaram uma análise mais integrada dos fenômenos (por isso a ausência de Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache, William M. Davis, e Emmanuel De Martonne, por exemplo). Aqui o questionamento pode ser feito para a escolha de Jean Brunhes, e sua obra "Geografia Humana" (que é uma especialização subsequente às leituras de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache), contudo, a escolha deste geógrafo foi devido sua importante proposta quanto aos princípios do método geográfico que visam a conexão e a totalidade dos fenômenos terrestres.; 2) conseqüentemente por se tratar de uma proposta que prioriza uma releitura crítica e integrativa dos "clássicos" não foram escolhidos autores como Pierre George, Yves Lacoste, Jean Tricart, Viktor Sochava, Massimo Quaini ou Milton Santos, que mesmo por apresentarem propostas menos fragmentárias do que nas vertentes específicas fazem parte do "movimento de renovação", não se incluindo com a concepção de "moderno-clássicos" escolhida para a proposta neste momento.

Uma explicação final sobre o tema deste ensaio. Este artigo é uma versão revista e aprofundada das questões levantadas pelo trabalho apresentado no VII CBG (Congresso Brasileiro de Geógrafos) *Geografia: um imbróglgio entre conceitos e temas – uma autocrítica polêmica*, escrito crítico baseado em dúvida levantada na conclusão da dissertação de mestrado *Uma odisseia para o espaço: proposta de análise da existência espacial humana na geografia científica*. A dúvida levantada, que na verdade é uma nova questão, indaga se *o espaço* é ontologicamente *ser* ou somente um *ser-enquanto-ideia*? Por isso uma revisão autocrítica, pois toda a construção epistemológica da dissertação é na busca ontológica do *espaço como ser*; o que acaba por se mostrar como uma *hipóstase* (no sentido de Emmanuel Lévinas [1998, p. 99]), no qual o verbo *ser* se transforma num substantivo levando a *hipostasiação* de considerar uma abstração conceitual (o espaço) como realidade absoluta. Um imbróglgio conceitual. Este trabalho visa assim auxiliar esta crise permanente da Geografia e localizar a função do Geógrafo, tanto na superação desta hipostasiação quanto da interpretação crítica das iniquidades, desigualdades, conflitos e contradições sociais e ecológicas através de seu objetivo científico enquanto sujeito concreto e não atópico da Terra que a humanidade coabita, por uma *Geografia Filosófica – integrativa e crítica*.

UMA CRÍTICA À GEOGRAFIA FRAGMENTÁRIA, AOS PARADIGMAS GEOGRÁFICOS E A CONSTELAÇÃO DE CONCEITOS

Vivemos um momento da história contemporânea da fragmentação da cultura e do conhecimento. É, em grande parte, a história da mudança na maneira de encarar a unidade do saber. Os grandes precursores das ideias contemporâneas nunca tiveram dificuldade em propor o conhecimento como um todo. Todos nós buscamos neles as fontes de inspiração. Ser clássico ou moderno é mais do que um aspecto da fragmentação. Houve uma ruptura? Ou há uma continuidade contraditória?

A Geografia tem vivido marcada por essa dúvida. Sua resposta, ou suas respostas, envolvem sempre a tentativa de elaboração de sínteses que procuram continuamente recompor a unidade do objeto; pelo menos nas tentativas de maior seriedade

intelectual. Qual a essência do problema? É isto uma particularidade do objeto geográfico? O recurso ao método pode resolver o dilema? Ou a questão está mal posta? (SILVA, 1988, p. 1)

Os questionamentos postos por Armando Corrêa da Silva parecem mais atuais do que no momento em que fora pensado, no qual artigos, que depois foram publicados no livro coletânea do autor "O espaço fora do Lugar", a partir do início dos anos 1970 já tratavam deste tema da fragmentação do objeto de estudo da Geografia e principalmente dos perigos do desaparecimento da própria ciência enquanto pensamento integrador. Cabendo a questão para reflexão: quais as origens da fragmentação ontológica do objeto de estudo da Geografia? Pelos escritos de Armando Corrêa da Silva uma fragmentação não somente dicotômica, mas um objeto *tricotomizado* em três divisões sistemáticas de geógrafos, cada qual com seus métodos especializados próprios: a Geografia Física que privilegia a natureza mecânica, a Geografia Humana que propõe o homem atópico (MOREIRA, 2006) e criador de espaços e a Geografia Socioambiental (ou da interação homem-natureza, ou meio ambiente). A falta de um método unitário integrativo esfacelou este saber a tal ponto que fora perdida a noção de *totalidade*, visto que fragmentando seu objeto também fora fragmentada a realidade (SANTOS, 1982a) que cada "ciência geográfica" estuda. Armando C. da Silva irá relacionar esta fragmentação na teoria geográfica ao "impasse aristotélico-kantiano" (SILVA, op. cit., p. 6). Contudo, pode-se observar que os impasses teórico-metodológicos que contribuíram para esta fragmentação de análise do objeto geográfico são mais amplos filosoficamente remetendo não somente a Kant, mas também às heranças de Descartes e Parmênides (GUIMARÃES, 2010), que se consolidam nas dicotomias que serão relacionadas ao pensamento geográfico.

O par dicotômico Geografia "Física"/Geografia "Humana" ainda está mantido, porém a Geografia "Socioambiental" fora aos poucos se tornando uma nova "Geografia Aplicada", que segundo Gomes (1984) é o ramo onde geógrafos exercem suas funções principalmente em órgãos administrativos, departamentos estatais de planificação e empresas de negócios. O que Milton Santos (1978; 1982a) chamou de "geografia burguesa" ou "oficial", o atual ramo da "tricotomia do objeto", chamado de "Geografia Técnica" ou "Tecnológica". Tal vertente está envolvida no discurso que traz para si o vanguardismo de ser um novo movimento de renovação na Geografia, porém em seu eixo reúne mais pulverizações do que uma proposta de método unitário integrativo. Relações entre Geografia e Turismo, técnicas de Geoprocessamento aplicadas em análises de EIA/RIMA e no sub-ramo chamado de "Geomarketing" mostram propostas mais voltadas para uma especialização técnica do trabalho do que propostas integradoras e que visem superar a tricotomia, além de se mostrar muito mais do lado do Estado e das Empresas como ferramenta mantenedora das iniquidades, contradições e conflitos da realidade concreta vivida cotidianamente. Contra isto Ruy Moreira (2012) clarifica que tal caminho academicista é fruto tanto do desprezo a tudo que seja teoria quanto do retorno ao sentido tecnicista da "Geografia Quantitativa".

Deste modo a "Geografia Técnica" se mostra muito mais fim do que meio da tricotomia do

objeto e da pulverização sem identidade dos métodos das "ciências geográficas", por ser consequentemente o resultado atual de uma Geografia herdeira do paradigma ocidental. Esta problemática se demonstra como um imbróglgio lógico que possui raízes mais profundas do que a própria ciência geográfica. O saber geográfico está submerso em um "vazio paradigmático" próprio. O que se fez da ciência geográfica eclode como reflexo e condição atual para a manutenção do paradigma civilizacional do ocidente, no qual as "crises de percepção" chegam até a Geografia enquanto suas externalidades e/ou dicotomias conflitivas basilares de propósitos e método: 1) a separação Geografia "Humana" e Geografia "Física"; 2) o desenraizamento do *sujeito* em relação ao *objeto*; e 3) o apego ao *Ser-conceito* em detrimento do *Devir* (movimento). Tais dicotomias que a Geografia se mostra herdeira estão relacionadas com os interesses de cada época na história da civilização ocidental e do próprio saber geográfico, e por isto indo mais além do impasse proposto por Armando C. da Silva. E seguindo o fluxo do paradigma ocidental, fragmentário e povoado de dicotomias, o "paradigma da Geografia" se mostra como um problema: a própria epistemologia geográfica se esvaziou, no qual o todo do discurso se tornou um campo de terminologias soltas; no que Ruy Moreira trata como um "universo léxico de um precipitado semântico sem sintaxe" (MOREIRA, 2014, p. 22).

Cabe relembrar e reforçar que três momentos foram fundamentais na história do saber geográfico para contextualizar a formação teórico-conceitual com cada externalidade herdada rumo à problemática do "esvaziamento epistemológico".

O primeiro será o momento da fragmentação ontoepistemológica do objeto entre Geografia "Física" e Geografia "Humana". No contexto da civilização ocidental o paradigma científico baconiano-cartesiano-newtoniano (GUIMARÃES, 2010) será fundamental para externalizar as acepções de *natureza* e *homem*. Ambos vistos a partir de uma interpretação mecânica da realidade terrestre, no qual o mundo, os seres humanos e a vida serão organizados por leis matemáticas imutáveis (CAPRA, 1993). Tal fragmentação se mostra na Geografia como sendo uma fragmentação ontoepistemológica do próprio objeto. Fragmentação epistemológica pela forma como *homem* e *natureza* são interpretados enquanto entes distintos e apartados de suas existências. A categoria *homem sempre está em relação ou diante de*, mas nunca *como natureza* numa representação lógica de "'dois' universos ontologicamente independentes" (MOREIRA, 1987, p. 27). Consequentemente se torna uma fragmentação ontológica, visto que no contexto existencial humano não há como se *sentir natural*, agravando ainda mais a crise ecológica (e por isso também humana) da Terra. Destarte, o saber geográfico herdará este contexto paradigmático na sistematização do próprio paradigma da *Geografia moderno-clássica*.

Autores como Edward Taaffe (1975) e William Pattison (1976) organizaram o método geográfico em "visões" e "tradições" da Geografia que podem ser aglutinadas em quatro: relação homem-terra, o estudo de área, a espacial e de ciência da terra. Já Ruy Moreira (2006) subdividiu em três paradigmas gerais por tempos históricos que afetaram o pensamento geográfico. Aqui será tratada

(conforme consta no Quadro 1) sumariamente a concepção dos *três paradigmas* subdivididos de acordo com seus *propósitos e métodos* (construindo a tríade *paradigma-propósito-método*) articulados com as três "externalidades" herdadas da civilização ocidental: *A Geografia pré-clássica* (do século III a.C. até o século XVI d.C.); *A Geografia moderno-clássica* (do século XVII até metade do século XX); e *A Geografia Hipermoderna* (de 1953 até os dias atuais)

Quadro 1 - Geógrafos "clássicos" nos paradigmas da geografia

Paradigmas da Geografia	Propósito/Método	Período	Geógrafos "Clássicos"
<i>Geografia pré-clássica</i>	Descrição da Terra/Descritivo-inventarista	Do Século III a.C. até XVI d.C.	Eratóstenes, Estrabão, Ptolomeu
			Muhammad al-Idrisi, Ibn Battuta, Gerhard Kremer
<i>Geografia moderno-clássica</i>	Ciência da Terra/Holismo-funcionalista	De 1650 (Século XVII) até 1953 (Século XX)	Varenius, Alexander von Humboldt, Karl Ritter, Conrad Malte-Brun, Immanuel Kant, Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache, William M. Davis, Élisée Reclus, Alfred Hettner, Jean Brunhes, Eric Dardel, Max. Sorre, Carl Sauer, Richard Hartshorne
<i>Geografia Hipermoderna</i>	Ciência do Espaço/Dualismo-conceitualista	De 1953 até Hoje	Fred Schaefer, Pierre George, Yves Lacoste, Jean Tricart, Viktor Sochava, Massimo Quaini, Milton Santos, Armando C. da Silva, Manuel C. de Andrade, David Harvey, Edward Soja, Neil Smith, Doreen Massey, Yi-Fu Tuan, Paul Claval

Organizado pelo autor

Na conjuntura do ocidente a *Geografia pré-clássica* atingiu seu ápice e a nomenclatura conhecida até a atualidade com Eratóstenes (276-194 a.C.), mas alcançando com Estrabão (63 a.C.-36 d.C.) a primeira análise sintética do sentido próprio da Geografia enquanto área específica do conhecimento em seu tempo (TATHAM, 1959) passando pela "Geografia medieval. Este momento da Geografia pré-clássica terminará no limite com a modernidade, passando pela "Geografia medieval", que por influência da Igreja leva o pensamento geográfico em germe a representar a Terra como uma extensão bíblica aplicando seu enfoque às produções cartográficas dos conhecimentos "geodésicos" a partir do "mapa T-O" (SANTOS, D., 2002) que atingiram seu auge com Gerhard Mercator (1512-1594 d.C.) na emergente "Geografia do colonialismo" como instrumento de conquista colonial (TATHAM, op. cit.; SANTOS, M. 1978; MOREIRA, 2007). Seu propósito será a *Descrição da Terra*, com um pré-método científico *Inventarista-Descritivo*. Já no contexto do paradigma científico ocidental irá emergir a "Geografia moderna", tendo a partir da obra de Bernard Varen (1622-1650 d.C.) em 1650 a definição do que seria a "Geografia Geral" (ou universal) enquanto uma *ciência* que estuda a Terra como um todo (HARTSHORNE, 1978; QUAINI, 1992). A *Geografia moderno-clássica* será marcada principalmente pela passagem do propósito da *Descrição da Terra* para de *Ciência da Terra*.

Deste modo a Geografia moderna nasce "clássica" após sua *sistematização* de propósitos e teorias "universalistas" via Alexander Von Humboldt (1769-1859 d.C.), Karl Ritter (1779-1859 d.C.) e Conrad Malte-Brun (1775-1826 d.C.). Este momento de passagem demonstra a proposta de ascensão da burguesia tanto em seu campo político-estratégico quanto na sua nova base de representação e dominação intelectual do mundo: a ciência. Neste contexto, com a ciência calcada no positivismo enquanto "espírito do tempo" do período de pulverização e fragmentação do objeto e do método geográfico, a "Geografia científica", na própria Alemanha, não se manteve universalista (como nas obras "Cosmos" e "Erdkunde") após a morte dos *fundadores* em 1859, com debates e a institucionalização da Geografia a partir de especialistas não-geógrafos (HARTSHORNE, 2006), principalmente relacionados a com o que viria a ser a "Geografia Física" tal como Oscar Peschel (1816-1875 d.C.) e Ferdinand von Richthofen (1833-1905 d.C.). Junto ao contexto universitário alemão uniram-se as especializações teóricas advindas de Geógrafos franceses, como o "Tratado de Geografia Física" de Emmanuel de Martonne e "Geografia Humana" de Jean Brunhes. O propósito científico dominante terá como mote definir contornos sistemáticos e fragmentar os métodos desde a "Anthropogeographie" de Friedrich Ratzel (1844-1904 d.C.) unindo a especialização técnica, intelectual-positivista e territorial do trabalho em um mesmo período que irá de 1859 até 1953.

Cabe aqui uma pausa reflexiva para lembrar, sumariamente, que o filósofo e professor de Geografia Immanuel Kant (1724-1804 d.C.) possuía em seu núcleo de pensamento a separação entre as ciências especulativas (da razão) e as pragmáticas (da experiência), polarizando conseqüentemente Antropologia e Geografia (disciplinas que ministrava), colaborando de certo modo para a concepção de base física (ou *geográfica*) da história humana. Contudo, devido a profundidade e amplitude do tema é uma proposta de análise para outro momento entre a fragmentação do objeto da Geografia em Kant relacionado ao que seria o impasse parmenídico-cartesiano-kantiano enquanto herança do paradigma ocidental de pensar.

Se tratando da fragmentação e especialização da Geografia francesa percebe-se além de Jean Brunhes e Emmanuel de Martonne os trabalhos de Paul Vidal de La Blache, "Princípios de Geografia Humana", e Max. Sorre, "Os Fundamentos de Geografia Humana". Já na Geografia estadunidense o trabalho institucional e teórico de William Morris Davis, aplicando ao método geográfico a investigação geológica, auxiliará ainda mais na ampliação do dualismo "Físico/Humano" e no surgimento das "ciências geográficas" independentes de um propósito e método integrativo geográfico.

No que tange à *Geografia hipermoderna* dentre os principais pressupostos será a passagem não somente temporal de meados do século XX, mas a ruptura teórico-metodológica e depois política do discurso dos geógrafos oficiais. O *propósito* será de uma *Ciência do Espaço* com um método *Conceitual-Dualista*. Conceitual, pois principalmente a "Geografia Humana" assumirá o verbete "espaço" como sinônimo de "Geografia"; aqui tanto no sentido de ciência geográfica quanto de "geograficidade" humana, sendo preferido o termo *espacialidade*. Dualista, pois cada vez mais será

alargada a distância entre as "Geografias" (Física/Humana) e principalmente nos setores-especializações internas de cada ramo não somente da dicotomia, mas da tricotomia ontoepistemológica do objeto em: natural-humano-ambiental. O "ponto de ruptura" (ou de passagem metodológica) entre o *moderno-clássico* e o *hipermoderno* será o embate teórico entre Richard Hartshorne e Fred Schaefer, tendo como "pano de fundo" discursivo principal a contestação metodológica de Schaefer (em seu artigo póstumo de 1953) do livro "The Nature of Geography" de Hartshorne (publicado em 1939). O que ocorrerá em meio a este debate paradigmático da Geografia será o impulso à "visão espacial", onde tanto Hartshorne quanto Schaefer se prenderão ao conceito de *espaço* como campo de análise da Geografia (HARTSHORNE, 2006; SCHAEFER, 1977). Junto a isto um novo referencial teórico e metodológico neopositivista (e por isso mais fragmentador em busca da especialização das "ciências geográficas") marcará a passagem da *Geografia moderno-clássica* para a *Hipermoderna* a partir da revolução teórico-quantitativa (MOREIRA, 2009; CHRISTOFOLETTI, 1976). Neste mesmo período nomes como Ian Burton e G. Manley junto aos pensamentos de Henri Bauling e Camille Vallaux auxiliarão tanto na visão de cunho cientificista de Geografia em busca de um objeto que possa desvendar leis a partir de parâmetros matemáticos e de modelos espaciais quanto de pulverizar ainda mais as "ciências geográficas", pois o geógrafo deveria ser cada vez mais específico no caminho das próprias "ciências sistemáticas", conforme enfatizou Fred Schaefer (SCHAEFER, op. cit.). Contudo, o que ficará além da especialização das "ciências geográficas" (cada qual com seu viés e teorias próprias de análise do real-fragmentado), será a *espaciologia* que se enraizará de forma bem marcante a partir desta passagem. Termo este que fora empregado tanto por Milton Santos (2004) quanto por Marcelo Lopes de Souza (1988) para identificar aqueles pensadores que se prendem à acepção de espaço em detrimento das relações sociais e de produção do capitalismo. Porém, se for aprofundado ainda mais a problemática pode-se perceber que não é somente na "Geografia Humana" que mora este erro metodológico de análise, mas sim na redução da própria Geografia científica ao conceito de espaço, como se fossem sinônimos.

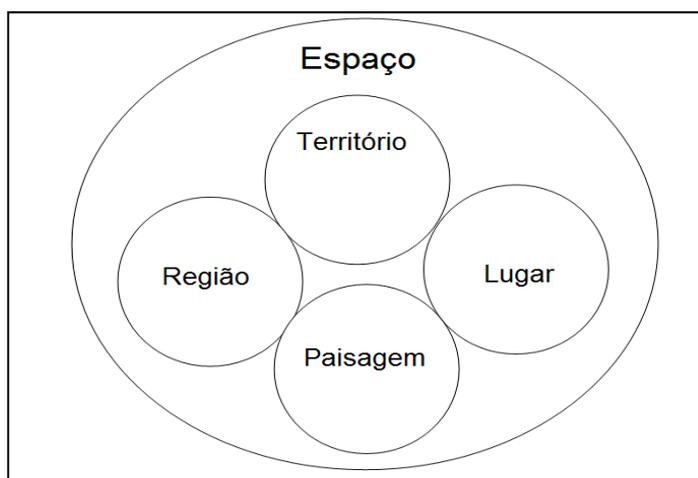
Elvio Martins ressalta que a Geografia enquanto ciência não pode ser confundida com espaço (MARTINS, 2007; 2009). Esta categoria passará a ser tratada como "palavra-chave" que move os trabalhos e ou análises geográficas do real somente por incluir este verbete que é *categoria de análise* de inúmeras outras ciências e da Filosofia. Automaticamente um trabalho científico para ser geográfico após esta "ruptura" deverá ter em seu título, análise teórica e/ou palavras-chaves o verbete *espaço*. O que acontecera também no movimento de renovação da Geografia dos anos 1970 e 1980 fora colocar em evidência o verbete espaço e ao mesmo tempo desprender vários "tratados" acerca deste *ser-lógico* perdendo em alguns momentos a própria noção do que seria a Geografia enquanto saber científico, sem estar atrelado ao verbete. Para mensurar o uso recorrente do verbete *espaço* o artigo de Armando Corrêa da Silva (1983), em aprofundado levantamento bibliográfico, mostra bem claro que as palavras-chave *espaço*, *espaço geográfico* e *arranjo espacial* apareceram na grande maioria dos trabalhos entre 1976 e 1983. Cabe observar que grandes geógrafos deste movimento de

renovação respaldado no materialismo histórico-dialético utilizaram a palavra-chave espaço, tais como: Milton Santos, David Harvey, Ruy Moreira, Armando Corrêa da Silva e Edward Soja; pautados naquilo que Henri Lefebvre (2008) chamou de "economia política do espaço". Além de outros geógrafos que utilizaram a palavra-chave sem necessariamente estarem de forma direta associados a este movimento de renovação como: Pierre George, Yves Lacoste, Yi-Fu Tuan, Paul Claval e Anne Buttimer.

Acontecerá, a partir deste "movimento", uma nova "fórmula" quase exata e "alienígena" em relação ao método geográfico holista clássico-moderno. Segundo Alain Reynaud (1986) o conhecimento geográfico passará a ser a imagem de um conhecimento qualquer (humano, natural ou econômico) associado à "noção de espaço", que será sintetizado como: Geografia=EspaçoXConhecimento e Informações do NHE (fragmentariamente Natureza, Homem e Economia, conforme já enfatizara Ruy Moreira nos trabalhos supracitados). Isto resultará na fórmula espaço→homem na Geografia, que irá gerar uma sobredeterminação lógica do sujeito pelo objeto nas análises setoriais internas (GUIMARÃES, 2010). Arrolam-se assim as duas dicotomias do desenraizamento do *sujeito* (homem) em relação ao *objeto* (espaço) e o apego ao *Ser-conceito* (espaço geográfico) em detrimento do *Devir* (movimento). Heranças estas tanto da Filosofia de Parmênides do *Ser* contrário ao *Devir* quanto da externalização cartesiana entre *Sujeito* e *Objeto*.

O *Ser-conceito* espaço se tornará o "conceito-mestre" ou "conceito-chave" para definir aquilo que o filósofo Arthur Schopenhauer (2011, p. 47) chamou de "uma classe especial de representações, [...] puramente abstrata e discursiva" se contrapondo cada vez mais do real concreto e de seu vir-a-ser. A Geografia será, a partir deste momento do *paradigma hipermoderno*, povoada por uma "descrição de conceitos", tal qual um imbróglio de uma "constelação de conceitos" sem a devida concretude como o próprio planeta que os geógrafos coabitam. O que pode ser observado na Figura 1 é a adaptação da crítica de Schopenhauer, que o "conceito-chave" espaço encerra na totalidade os outros conceitos e consequentemente os outros conceitos são esferas que não o preenchem. Como pode ser verificado em trabalhos de estudo de caso em Geografia, nos quais os conceitos aparecem encaixados mecanicamente e consequentemente apartados da análise empírica, ou na derivação conceitual típica que se remete ao *espaço* e o atrelamento-desencadeamento somente abstrato dos outros conceitos, conforme indicados na figura 1

Figura 1 - O imbróglgio lógico da constelação de conceitos



Organizado pelo autor

Atualmente, pode-se perceber o que aqui convencionou-se chamar de uma *Geografia Hipermoderna* com vários métodos específicos para cada "gueto geográfico" (setor de especialização), no qual o *propósito* será o das *Ciências Geográficas (Acadêmicas e Aplicadas)* de *método plural-especialista*. Os "guetos" serão o pluralismo da "Geografia Humana", no qual cada Geografia "adjetivada" terá seu conceito próprio de análise fragmentada da *totalidade terrestre*. Esta hipermodernidade da Geografia atual, ou "ultramodernidade" conforme descreve Ruy Moreira (2006), se mostra não somente pluralista, mas também pertencente a uma "hiperespecialização" que impede tanto a percepção do *universal* (que se encontra fragmentado em parcelas) quanto do *particular* e do *singular* (sem inter-relação com o *universal*). Uma pluralidade de especializações sem relações entre si, pois fechadas em si mesmas sem permitir a integração e compreensão nas problemáticas da *totalidade concreta do objeto*. Nesse sentido, que segundo Edgar Morin (2011, p. 38) "o conhecimento especializado é uma forma particular de abstração. A especialização 'abs-trai', em outras palavras, extrai um objeto de seu contexto e de seu conjunto". Deste modo, a "hiperespecialização" na Geografia demonstra o que cada setor especializado "abs-trai" do real-concreto, através dos conceitos: Geografia Política utilizará o *território*, Geografia Cultural a *paisagem*, Geografia Humanística o *lugar*, Geografias Econômica e Urbana o *espaço*; e assim sucessivamente com possibilidades muitas vezes fundamentadas em conceitos limitadores do discurso lógico e não real-concreto do método geográfico integrativo.

No que tange à "Geografia Física", especializações cada vez mais voltadas para o cientificismo puro de recortes-do-recorte-do-recorte do real, aliando-se a isto a "Geografia Técnica" em meio desta falta total de identidade geográfica em uma pluralidade sem fim como um imbróglgio lógico entre conceitos e temas que não são "somente" geográficos, mas muitas vezes emprestados das ciências de fronteira (MOREIRA, op. cit.). O "geógrafo físico" acaba se tornando um "pobre geólogo" no sentido de carência epistemológica e identidade de método próprio, conforme já questionara Yves

Lacoste (1977, p. 198). Nesse sentido que cabe enfatizar criticamente que a Geografia carece de um novo *Propósito* e um novo *Método unitário integrativo* que sirva de retorno crítico para as especializações do objeto e não como "única voz" em um "mais do mesmo" generalizado da fragmentação positivista das "Geografias adjetivadas".

E seguindo este trajeto que a revisão crítica parte agora do propósito para o plano.

PROPÓSITO E PLANO – EM BUSCA DE UMA GEOGRAFIA FILOSÓFICA: PRINCÍPIOS E CATEGORIAS PARA A HERMENÊUTICA DA TOTALIDADE TERRESTRE

A proposta de superação deste paradigma da *Geografia Hipermoderna* é a busca de um método de cunho *integrativo-crítico*, pois a inexistência de um discurso de método geral conduziu e ainda conduz a uma fragmentação do conhecimento geográfico (SILVA, 1986a). A reaglutinação dos “guetos” das *ciências geográficas* é uma releitura da proposta, em tom de denúncia, do projeto unitário da Geografia de Yves Lacoste (op. cit.), contudo não se pretende uma concepção holística *funcionalista* (como do paradigma da *Geografia moderno-clássica*) já questionada por Silvio Carlos Bray (1977), que por via da organização de conceitos e de uma orientação interpretativa os geógrafos deste período, principalmente na Geografia francesa, criaram seus postulados que em grande parte foram utilizados para justificar uma perspectiva conservadora de mundo perante as iniquidades vigentes do modo de produção capitalista. Destarte, existe uma visão holística no método, mas induzindo à concepção de "natureza mecânica" e regida por leis utilizadas em analogia para as relações sociais humanas. Cabe ressaltar que ocorrem muitos projetos, de uma "Geografia integrada", que supervalorizam a importância dos aspectos não-humanos sobre as ações e relações sociais humanas (principalmente inorgânicos vindos da geomorfologia) nesta proposta de unidade do método (REYNAUD, 1986). Este é o perigo de uma geografia monista de componente naturalista (QUAINI, 1992) que acaba reeditando o discurso funcionalista com bases ora idealistas e ora positivistas, principalmente pelo modo de ver a "Geografia" como o substrato físico e palco da história humana, ou no discurso sistêmico em analogia com a concepção sistêmico-cibernética de natureza (LEFF, 2006). Concepção esta herdeira do paradigma de ciência no qual a categoria *natureza* é vista como um todo fragmentado, inorgânico, insensível, mecânico e por isso regido por leis matemáticas imutáveis (CAPRA, 1993; MOREIRA, 2006).

Este será o projeto com continuidade do problema e base para o plano: o limite do empírico visível e funcionalista dos geógrafos do *paradigma moderno-clássico* e a falta de resolução do problema nas chamadas geografias crítica e radical no *paradigma Hipermoderno*; uma tensa polaridade que separa "ideias" e "fatos" (SILVA, 2000), que de certa forma não direciona para uma interpretação ontoepistemológica (factual e teórica, por isso concreta) da totalidade do objeto.

A proposta de superação é através de uma releitura de geógrafos "moderno-clássicos", que apresentaram um propósito não somente "humano" ou "físico" como, Élisée Reclus, Jean Brunhes,

Eric Dardel, Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Podendo ser agrupados estes geógrafos do *paradigma moderno-clássico* do seguinte modo: Reclus e Dardel, ambos da geografia francesa, que remontam a uma Geografia de método unitário, integrando os fenômenos da Terra, sendo o primeiro atrelado à herança de Karl Ritter (mestre direto de Reclus) e da filosofia política do Anarquismo e o segundo pela fenomenologia ontológica franco-alemã (de Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty) contrária ao neopositivismo fragmentário-objetivo. Brunhes como um geógrafo francês de "fronteira" entre a Geografia francesa e alemã, mas com uma proposta de Geografia que reaglutina o campo de análise da Geografia a partir da superfície terrestre em uma retomada dos princípios de método. E o terceiro grupo de base na geografia alemã Hettner e Hartshorne (embora estadunidense era seguidor de Hettner), que se complementam ao retomarem o discurso da gênese holística da Geografia em Humboldt e Ritter, que repensaram o propósito, a metodologia e o objeto de análise da Geografia, privilegiando a "totalidade" mas mantendo os estudos específicos em integração com o método geral.

Pensar no propósito filosófico do método geográfico, ou seja, de uma Geografia Filosófica é fato que remete à própria origem deste campo de pensamento que é a Geografia, pois os pensadores "clássicos" da *Geografia Pré-Clássica* eram concomitantemente Filósofos e Geógrafos e segundo Estrabão "a ciência geográfica [...] é [...] da mesma forma que qualquer outra ciência, uma preocupação do filósofo" (ESTRABÃO apud. LEBON, 1976, p. 12). Cabendo lembrar que Humboldt e Ritter também foram influenciados pela Filosofia da época em que viviam, o idealismo alemão via pensamento romântico de Friedrich Schelling (1775-1854 d.C.): na visão cósmica e holística de Humboldt e teleológica comparativa de Ritter (MOREIRA, 2006). E para unir "ideias" e "fatos" buscou-se conceituar, para o propósito filosófico do método geográfico, a acepção de hermenêutica dos fenômenos terrestres, ou melhor dizendo: uma interpretação ontoepistemológica da *totalidade terrestre*. Buscando-se o sentido de uma autointerpretação da faticidade, ou das relações, contradições e conflitos terrestres, logo, a proposta de uma Geografia Filosófica busca alcançar uma teoria da interpretação dos fenômenos terrestres, tanto humanos quanto não humanos.

A hermenêutica dos fenômenos terrestres é o que neste ensaio pretende-se demonstrar como propósito de investigação da Geografia Filosófica. Segundo o *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano (2007, p. 497) o verbete "hermenêutica" designa "qualquer técnica de interpretação". Já no *Dicionário* de Ferrater Mora (1978), em maior explanação histórica e filosófica, explica que a hermenêutica irá significar a expressão de um pensamento, que na filosofia contemporânea é tanto uma técnica para auxiliar o estudo da história da literatura e das ciências "do espírito" quanto uma interpretação baseada no conhecimento prévio dos dados filosóficos e históricos da realidade a ser compreendida (sem a arbitrariedade romântica e a redução naturalista). Adair Adams (2012, p. 25) já dissera que a hermenêutica possui uma longa história e "explicá-la de modo preciso e profundo obriga a recorrer a períodos históricos e a pensadores", contudo, contextualizar historicamente e filosoficamente (mesmo que de forma sumariada) é basilar. Principalmente por remontar parte da alternativa à crise do paradigma científico baconiano-cartesiano-newtoniano que também chegou

como herança na Geografia científica (GUIMARÃES, 2010).

Remetendo-se a origem da palavra hermenêutica, Martin Heidegger explicita que além de estar relacionada, por derivação, de *interpretar*, *interpretação* e *intérprete* sua etimologia é obscura; estando relacionada com o nome e a figura do deus mensageiro dos deuses *Hermes* nas obras de Platão e de Aristóteles (HEIDEGGER, 2012). Adair Adams (2012) reforça que embora seja de origem referente aos primórdios gregos da Filosofia o termo foi cunhado somente na Idade Média, aparecendo no século XVII o título *Hermeneutica sacra* enquanto interpretação teológica das escrituras sagradas (HEIDEGGER, op. cit.). Contudo, a história da hermenêutica é permeada por nuances de grande volubilidade e possibilidades em seu processo que revelam as próprias estruturas centrais da hermenêutica: a interpretação em si mesma e a compreensão. Este processo histórico levou a vertentes e tendências da hermenêutica, tais como: a técnica, a filosófica, a filosofia hermenêutica, a geral, as hermenêuticas regionais, a hermenêutica existencial e a crítica. Dentre estas vertentes encontram-se pensadores basilares que influenciaram diretamente para a difusão e releitura da hermenêutica como: Friedrich D. E. Schleiermacher (1768-1834 d.C.), Wilhelm Dilthey (1833-1911 d.C.), Martin Heidegger (1889-1976 d.C.), Hans-Georg Gadamer (1900-2002 d.C.) e Paul Ricoeur (1913-2005 d.C.). Em meio a tais nomes os que mais contribuem para o debate que se espraia para os "meandros" do que aqui neste ensaio convencionou-se tratar de hermenêutica dos fenômenos terrestres são Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger e Paul Ricoeur; principalmente Heidegger e Ricoeur.

Wilhelm Dilthey além de ser considerado como um clássico da hermenêutica se situa na "encruzilhada crítica da hermenêutica" (RICOEUR, 1990, p. 23). A base de incremento à hermenêutica oferecida por Dilthey é através da historicidade como uma de suas bases fundamentais, no qual o texto a ser interpretado é a própria realidade numa nítida inflexão ontológica. A perspectiva de Dilthey será um deslocamento da epistemologia para a ontologia interpretativa do horizonte histórico vivido pelo *homem*. Sua proposta inovadora será de reformular a própria epistemologia da hermenêutica quando relaciona a compreensão às ciências do "espírito" ou "humanas" tornando possível a inserção do indivíduo, por via da hermenêutica, na história universal (ADAMS, op. cit., pp. 34-40). Uma abordagem ontológico-existencial pode ser ainda mais vinculada a Martin Heidegger. O filósofo alemão esclarece que "a expressão *hermenêutica* pretende indicar o modo unitário de abordar, concentrar, acessar a ela, isto é, de questionar e explicar a faticidade" (HEIDEGGER, 2012, p. 15), no qual esta facticidade estaria inter-relacionada com o próprio *Dasein* humano enquanto modo de ser-aí em um mundo, análise típica da sua interpretação e compreensão da categoria *homem*. Adair Adams, inspirado em Paul Ricoeur, trata a hermenêutica de Heidegger como um enxerto hermenêutico fenomenológico, situando seu pensamento como uma "ontologia da compreensão", pois trata-se de uma imbricação hermenêutica-ontologia, no qual "ontologia, fenomenologia e hermenêutica formam uma tríade coimplicada" (ADAMS, op. cit., p. 54).

Embora releituras sejam importantes, as análises feitas pelo próprio autor além de não "traírem" tanto quem busca compreendê-lo dão as "nuances" que mais se inter-relacionam com a

hermenêutica dos fenômenos terrestres, que em suas bases são: *situação*, *compreensão* e *interpretação*. A base de tal entendimento hermenêutico heideggeriano seria primordial a própria *situação*, pois existencialmente não está apartado o co-pertencimento entre *homem* e *mundo*. A categoria *homem* existe relacionada com o *mundo* enquanto ente intramundano projetado como ser-no-mundo. A partir desta premissa Heidegger conclui que "a interpretação funda-se existencialmente no compreender e não vice-versa", pois "interpretar não é tomar conhecimento do que se compreendeu, mas elaborar as possibilidades projetadas no compreender" (HEIDEGGER, 2008, p. 209). Esta é então um interpretação ontológico-existencial a partir da situação no mundo que visa interpretar os fenômenos proporcionando as possibilidades da compreensão. Destarte, é fundamental para Heidegger o "como". Este "como" *hermenêutico existencial* de Heidegger é uma estrutura da própria interpretação enquanto estrutura-"como", no sentido de *como compreender* esta interpretação ontológica. Esta estrutura-"como" basilar será para a hermenêutica dos fenômenos terrestres a proposta de uma *hermenêutica crítica* de Paul Ricoeur (op. cit.). Tal "como" de Ricoeur será a crítica das ideologias históricas que para a proposta deste ensaio será a crítica das próprias iniquidades, contradições e conflitos advindas do mundo, vinculados ao capitalismo enquanto herdeiro do mundo de vida ocidental que irá fragmentar a própria compreensão humana de sua condição terrestre.

Na Geografia as análises que vinculam seu método à hermenêutica são limitadas, muitas das vezes, às vertentes "Geografia Cultural" e "Humanística" (ou "Humanista") visando a compreensão do ser-no-mundo, no qual este *mundo* está estritamente relacionado com o conceito de *mundo vivido*. Segundo Eduardo Simões Geraldes a metodologia hermenêutica contribui para a Geografia enquanto "uma fenomenologia hermenêutica: ser-no-mundo é interpretar o mundo, uma vez que cada ato implica uma busca de compreensão, uma interpretação influenciada diretamente pela historicidade e pela experiência" fornecendo assim "uma alternativa interessante para uma abordagem que se aproxime dos significados mais imediatos e pertinentes ao mundo vivido enquanto vivências em fluxo" (GERALDES, 2011, pp. 64-66). Recorrendo-se a uma análise superficial pode parecer que este é o "principal" enxerto entre Geografia e Hermenêutica: a compreensão do mundo-vivido. Contudo, são duas as críticas, por hora, a se evidenciar perante esta metodologia: o perigo do humanismo individualista e a falta de uma integração dos fenômenos humanos e não-humanos. Conforme crítica contundente da metodologia e da "ideologia" perpassada pela maioria dos geógrafos culturais e humanistas Elias Lima (2014, p. 197) afirma que é comum deparar-se com "alegações de isenção do teor 'ideológico' e 'impessoal' que determinadas abordagens de outras especialidades poderiam suscitar, restringindo, com isso, o teor plural e multifacetado que a própria concepção cultural sugere". Crítica semelhante já havia sido inferida por Milton Santos, no que o próprio geógrafo considerou como "humanismo individualista" que "acarreta uma concepção individualista e idealista, cujo resultado mais claro é o de substituir a praxis coletiva por uma praxis individual" (SANTOS, 1982b, p. 10). O outro questionamento em si mesmo já remonta a impossibilidade de uma redução intersubjetiva no que tange a um método hermenêutico de interpretação dos fenômenos terrestres (inter-relacionados

e integrativos) entre o concebido como humano e não-humano. Tratar somente do horizonte vivido e não somente da compreensão dos fenômenos não humanos na totalidade terrestre aumenta ainda mais a fragmentação ontoepistemológica do objeto entre a "Geografia Humana" e a "Geografia Física", e paralelamente entre as categorias *homem* e *natureza*. Impossibilita-se assim a compreensão da condição humana vinculada à "natureza total" (HARTSHORNE, 1978, p. 65), muito menos na interpretação da totalidade terrestre enquanto conceito ontoepistemológico da Geografia Filosófica.

A proposta de uma Geografia Filosófica enquanto hermenêutica dos fenômenos terrestres deve evitar tanto o monismo quanto o dualismo metodológico. Segundo Rui Sampaio da Silva (2013, p. 71) deve-se "evitar quer um unitarismo epistemológico que defende a existência de um modelo metodológico a todas as ciências, quer a tese de um abismo metodológico entre ciências humanas e ciências naturais", que interpretado a luz da metodologia hermenêutica na Geografia deve-se buscar um método não somente unitário, mas integrativo-crítico; evitando-se tanto o individualismo do sujeito quanto uma concepção que centralize as ações humanas perante uma interpretação dos fenômenos terrestres em sua totalidade concreta. A Geografia Filosófica deve utilizar-se da hermenêutica integrativa ontoepistemológica crítica perante a totalidade terrestre, sendo tanto objeto epistemológico quanto um existencial que deve ser compreendido por um "como" crítico. Destarte, este "como" crítico visa interpretar, compreender, questionar e explicar a própria existência, que no caso humano está no pertencimento de seu modo-de-ser à própria Terra (sua condição terrestre). Existência terrestre esta repleta de inter-relações, contradições e conflitos que devem ser interpretados através da Geografia. Esta hermenêutica da Geografia é de caráter ontoepistemológico, num auto-compreender-se humano a revelar esta condição humana de existência terrestre. Daí decorre que não deve-se trair e confundir a interpretação dos fenômenos terrestres enquanto "interpretação pura", de que tudo é interpretação, pois os próprios fenômenos terrestres são interpretados e questionados em caráter ontológico-existencial e conseqüentemente nas suas realizações éticas e políticas.

Nesse sentido deve-se passar da investigação crítica do próprio método para a interpretação conforme já explicitara Armando C. da Silva (1988). O principal objetivo desta releitura é a busca de um *novo propósito para a Geografia*, porém com a questão: qual seu propósito para se reaglutinar sem perder suas análises específicas? Por hora a resposta é o *propósito da Geografia Filosófica enquanto interpretação da totalidade terrestre* através de um "como" integrativo-crítico, no qual a *integração* ocorre por uma acepção *hilozoísta* da totalidade terrestre de escrutínio crítico para com as iniquidades, conflitos e contradições sociais e ecológicas, herdeiras da civilização, que assolam a Terra enquanto totalidade coabitada. A acepção *hilozoísta* interpreta e compreende toda a matéria do universo como viva, sendo o próprio universo um organismo material integrado, possuindo características tais como animação, auto-criação, sensibilidade e consciência. Os principais representantes deste pensamento foram os filósofos (hilozoístas) anteriores à filosofia parmenídica do *ser* que se espalhou para Aristóteles e Platão (CAPRA, 1983). Deste modo o método visa uma *hermeneutica dos fenômenos*, no sentido de repensar os atos humanos em seu próprio *habitat*, do mesmo modo que reaglutina um saber

milenar (geográfico) através de uma reavaliação crítica "de dentro" da própria ciência geográfica. Tal *propósito* de uma *interpretação da totalidade terrestre* é uma chamada para que o "mundo humano" seja apreendido *geograficamente*, através de uma noção de ligação da humanidade com a Terra, em sua *condição terrestre*, no qual por circunstância a própria Terra é condição de seu destino (DARDEL, 2011). Uma *Filosofia* porque é uma *Ciência Geral da Terra* (desde as "esferas" ou "mundos" inorgânico, vegetal e animal) que dependem da característica da Terra (HETTNER, 2011b).

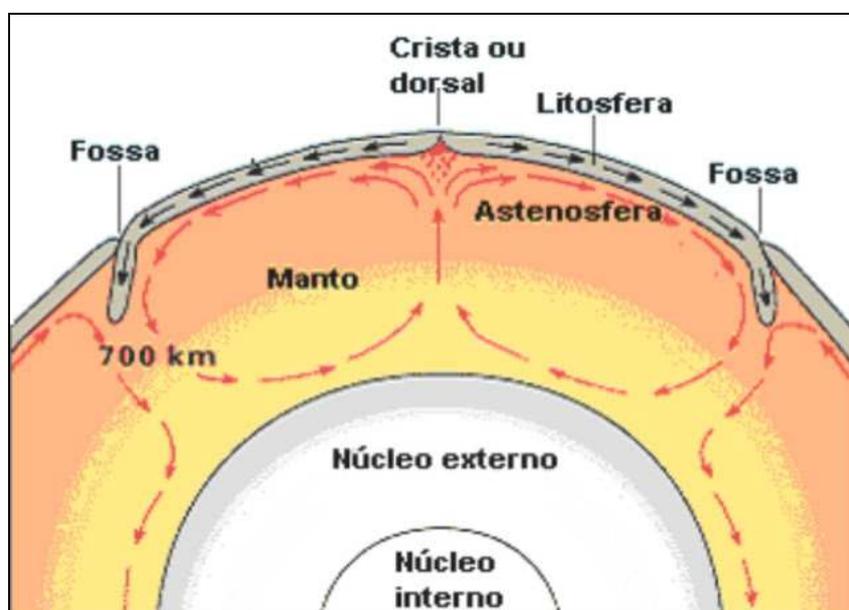
O *objeto* desta *Ciência geral (Filosofia) da Terra* fica evidente na concepção de uma *Terra concreta* não somente conceitual (enquanto espaço geográfico, território, lugar, etc.), porém indo para além da *superfície terrestre* (HARTSHORNE, 1978; BRUNHES, 1962; HETTNER, 2011a), pois a *Terra é uma realidade telúrica* (DARDEL, op. cit.), e por este motivo *profunda*, onde ações tanto da superfície quanto do interior da crosta terrestre influenciam seu *dever* (conforme indicado na Figura 2). Destarte, os agentes internos ou movimentos internos (ou vindos da Astenosfera) da Terra como Vulcanismo, Tectonismo e Abalos Sísmicos provocam grandes mudanças na superfície terrestre e paralelamente em sua totalidade. Tais movimentos auxiliam na apreensão de um dos principais princípios lógicos do método de análise geográfico: o princípio de *atividade*. Cabe então tratar o *objeto concreto* da *Ciência Geral da Terra* (Geografia Filosófica) como a *Totalidade Terrestre*, composta da astenosfera, litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera (incluindo a antroposfera) enquanto *realidade concreta* (HARTSHORNE, op. cit.).

Deste modo a *Totalidade Terrestre*, enquanto *objeto concreto* da *Geografia*, é analisada pelo *método geográfico* a partir de seus *princípios lógicos* e *categorias de análise*. As categorias são definidas a partir do objeto que por sua vez em seu *relacionamento* definem a análise do *objeto* (SILVA, 1986b). Sendo as categorias de dimensão lógica *universal*: natureza, espaço e tempo; as categorias *particulares*: área, região, território; e as categorias *singulares*: habitat, lugar e paisagem. Junta-se às três dimensões a categoria *homem* enquanto categoria epistemológica (de análise científica) e ontológica (de concretude existencial do ser-no-mundo). Não soam estes enquanto "conceitos abstratos", mas como *categorias de análise do objeto concreto da Geografia*. Objeto concreto porque evita-se a possibilidade de uma interpretação que impossibilite a compreensão da Totalidade Terrestre enquanto categoria epistemológica de análise e categoria ontológico-existencial da condição humana; evita-se a fragmentação tanto epistemológica entre *natureza* e *homem* quanto ontológica da realidade co-participada. Deve-se deixar claro que por hora somente foram enumeradas as categorias do objeto concreto da Geografia, sem mais explicações conceituais. Sendo exposto desde a *natureza*, enquanto categoria mais geral possível e não somente enquanto natureza-sem-o-homem, até a categoria *homem*, envolvendo tanto homens e mulheres quanto os próprios agrupamentos sociais (enquanto habitantes, população, etnias, povos e sociedades). Cabe ressaltar que foi considerado o *tempo* enquanto categoria *também geográfica* (pois pertence a outros saberes científicos), onde tempo está atrelado aos processos do *espaço* (como espaço-tempo).

Nesse sentido, em sua relação concreta cada dimensão de categorias (universal, particular e

singular) se articula e contém "escalarmente" a de menor abrangência. Onde espaço-tempo-natureza são universais que contém área (enquanto recorte), a região e seus sítios e os variados territórios. Estes particulares contém conseqüentemente o lugar e o habitat, sendo mais próximo do sujeito a paisagem, enquanto ponto de partida e de chegada. A inter-relação analítica destas *categorias* forma a *análise geográfica da Totalidade Terrestre* que através dos "recortes" determinam o método a partir de seus *princípios lógicos* de percepção geográfica dos fenômenos terrestres (MOREIRA, 2007). Sabendo-se que os princípios lógicos do método geográfico são métodos de interpretação enquanto procedimentos puramente mentais (SILVA, 1988), no qual seis princípios básicos podem ser relacionados, com três principais (grifados em destaque) encontrados nos "geógrafos clássico-modernos" em uma concatenação que visa por hora um método integrativo e não somente reaglutinador de fragmentos. Sendo estes princípios: *unidade-diversidade*, *conexão*, *atividade*, extensão, situação e dimensão.

Figura 2 - Agentes internos da Terra - movimentos da astenosfera



Fonte: FONTANAILLES, 2012.

O primeiro e principal princípio Geográfico desta hermenêutica integrativa ontoepistemológica crítica é o par dialético *unidade-diversidade*. Par dialético, pois a concepção da *Totalidade Terrestre* requer uma apreensão tanto da unidade terrestre quanto da sua diversidade de entes e fenômenos. Nesse sentido, o princípio de *unidade-diversidade* deve ser pautado na própria compreensão de *Totalidade Terrestre* enquanto "totalidade concreta" que Karel Kosík (1995) propõe, com excelente propriedade e aprofundamento, no qual esta totalidade não está em conexão com tudo e que não é somente mais do que as partes. A totalidade concreta é um conjunto de relações, fatos, processos e também sua estrutura e gênese (sua autocriação), assim como o objeto ontoepistemológico, e por isso concreto, da *Totalidade Terrestre* deve ser apreendido em seu principal *princípio lógico*. Evitando uma concepção de "todo" monista-funcionalista e também de uma

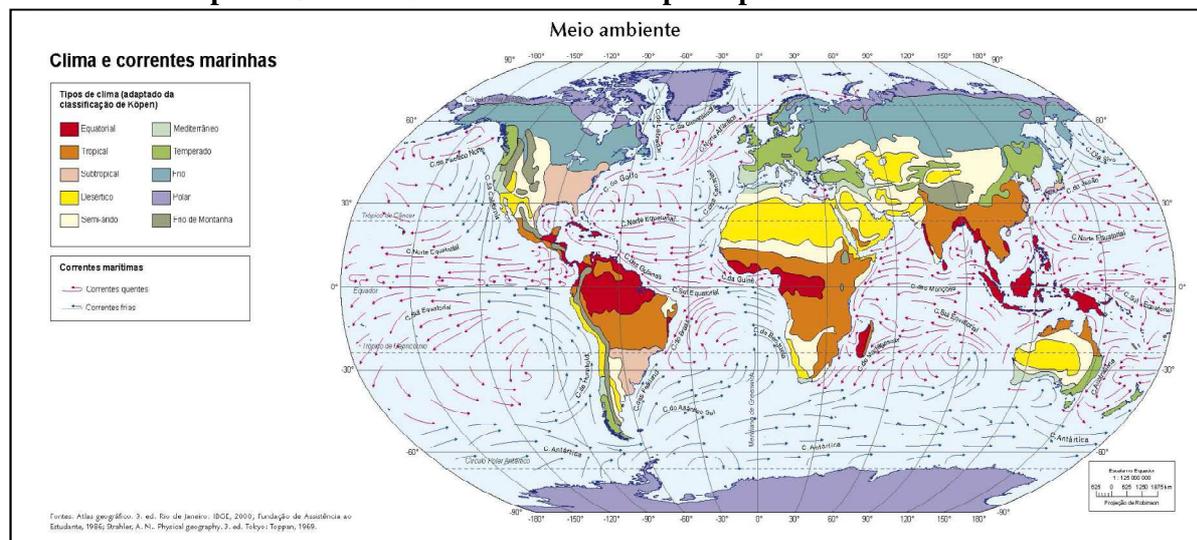
diversidade superficial e eclética de fenômenos sem integralidade, pois "o princípio de totalidade é básico para a elaboração de uma filosofia do espaço do homem" (SANTOS, 1988). Segundo Ruy Moreira (2006, p. 74) a totalidade é o próprio ato de *totalização* evitando-se com isso a fragmentação ontoepistemológica do objeto em *espaço criado* (produzido socialmente) para a Geografia "Humana" e *natureza-sem-o-homem* para a Geografia "Física". As categorias de análise *homem* e *natureza* se tornam omniabrangentes para qualquer interpretação integrativa da Totalidade Terrestre. A interpretação ontoepistemológica deve buscar compreender criticamente as *categorias existenciais da Totalidade Terrestre*, que acabam a caracterizando como concreta conforme supracitado, tais como sua *gênese* (ou autocriação), *estrutura*, *características*, *processos* e *relações* entre os fatos.

Cabe lembrar que esta totalização ontoepistemológica não condiz com o que Enrique Leff (2006, pp. 83-84) questionou como um "monismo ontológico" que visa de forma totalitária reduzir o pensamento à produção representativa de uniformidade. Este monismo ontológico totalizador se encontra principalmente nas dicotomias basilares do modo de vida ocidental herdadas pela Geografia, conforme reavaliadas na primeira parte deste ensaio: Ser/Devir, Homem/Natureza e Sujeito/Objeto. Esta característica é ressaltada por Karel Kosík (op. cit., pp. 51-62) como uma "falsa totalidade" de caráter fetichista, de modo a hipostasiar o todo enquanto um ente absoluto acima das partes sem as categorias existenciais básicas que o tornam concreto. As dicotomias herdadas pela Geografia fazem parte desta história de totalização filosófica e científica, apoiadas numa representação de ideologia reproduzida do real-concreto. Estas principais relações entre totalização e as dicotomias são: 1) a *atomístico-metafísica* principalmente atrelada a Parmênides e sua hipóstase do *Ser* em relação ao *Devir*; 2) a *atomístico-racionalista* que vinculada principalmente a Descartes dicotomiza Sujeito e Objeto; 3) a *organicista-dinâmica* relacionada basicamente ao holismo romântico de Schelling que chegará na Geografia via do método "Holismo-funcionalista", no qual junto com a dicotomia cartesiana irá manter a dicotomia entre as categorias *homem* e *natureza*; principalmente pela forma romântica e contemplativa perante a natureza enquanto um todo de fatos "fisicalistas".

Esta ressalva é para enfatizar principalmente a relação total entre os princípios dialéticos de *unidade-diversidade* com a Totalidade Terrestre, numa síntese de união e diversidade desta própria totalidade em seu processo de autocriação. Destarte, Élisée Reclus já observara que "é por puro esforço de abstração que se tenta apresentar em separado esse fato particular do meio e que se procura isolá-lo de todos os demais a fim de estudar sua influência essencial" (RECLUS, 1985, p. 56), onde sua complexidade mostra a *unidade* dos fenômenos em sua relação de *diversidade* de "mil fenômenos exteriores" enquanto meio-espaço e meio-tempo (RECLUS, *ibid.*, p. 57). É por esta complexidade de fenômenos da *Totalidade Terrestre* que Richard Hartshorne atenta para a integração dos fenômenos heterogêneos, sendo indispensável observar a *integração total dos fenômenos* (ou complexo-de-elementos humanos e não-humanos) inorgânicos, orgânicos e culturais como caráter específico da Geografia (HARTSHORNE, 1978), como se pode ver nos Mapas 1 e 2, no qual tanto fatores humanos e não-humanos estão unidos na Totalidade Terrestre e simultaneamente se diferenciam em suas

regionalizações por inúmeras diversidades.

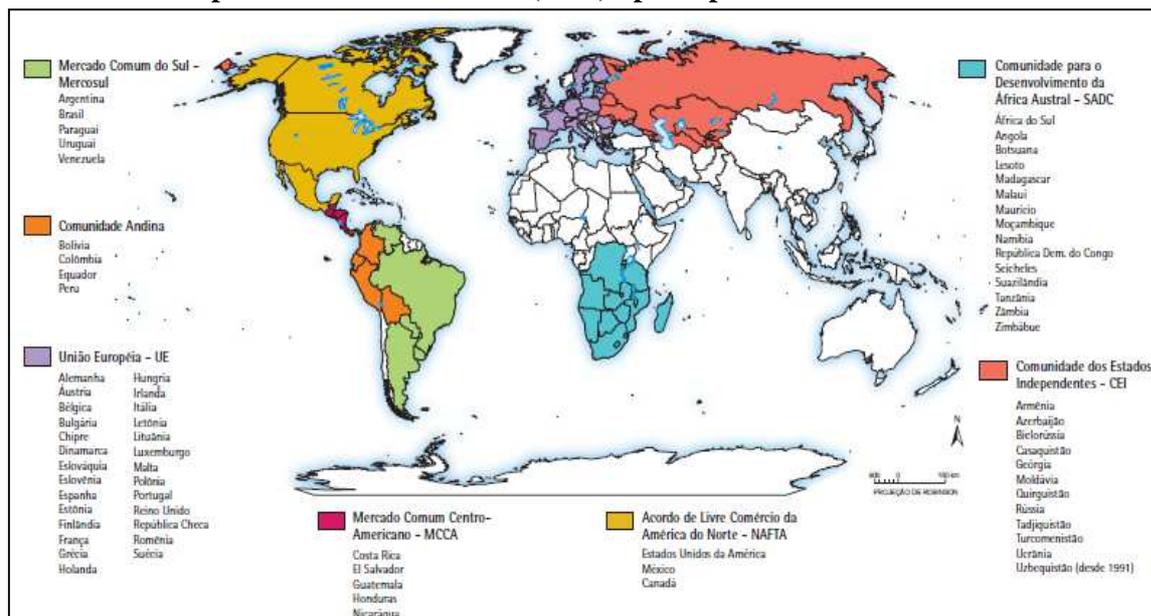
Mapa 1 - Clima e correntes marinhas - princípio de unidade-diversidade



Fonte: IBGE, 2010, p. 19.

Os princípios de *conexão* e de *atividade* são os complementos lógicos do par dialético *unidade-diversidade*, pois a própria complexidade da *totalidade* exposta por Reclus e Hartshorne resume o princípio de conexão dos fenômenos sintetizado com maestria por Jean Brunhes, que enfatiza em tom de alerta: "não basta estudar isoladamente essas séries diversas de fenômenos; elas não existem isoladas na realidade; estão ligadas umas às outras. A ideia de conexão deve dominar qualquer estudo completo dos fatos geográficos" (BRUNHES, 1962, p. 32). Tais *integrações* ou *conexões* constituem a realidade concreta e viva da *Totalidade Terrestre*, sendo assim um dos princípios que caracteriza o "propósito" da Geografia (HARTSHORNE, 1978, pp. 35-36). O princípio de *atividade* remete ao tempo, mudança e gênese na Geografia, pois todos os fatos geográficos estão em transformação perpétua. Nada é imóvel, dependendo das *forças* que transformam a superfície (BRUNHES, op. cit., p. 27) e a própria *Totalidade Terrestre*. E deste modo que o *tempo* faz parte das categorias *do objeto geográfico*, pois "o tempo interessa ao estudo da Geografia do presente" (HARTSHORNE, op. cit., p. 88).

Mapa 2 - Blocos econômicos (2011) - princípio de unidade-diversidade



Fonte: IBGE, 2011.

Cabe, contudo, retomar ao entendimento do que fazer com os estudos específicos da Geografia (ou o que foi chamado alhures de "Geografias setoriais adjetivadas"). Tais estudos específicos devem dialogar, evitando-se a "abs-tração" lógico-conceitual para superar a interdisciplinaridade. Pois, isoladamente, são disciplinas que acabam por *disciplinar* os saberes em seus referentes (coisificados) do mundo, no qual o diálogo entre os estudos específicos em relação com o método evita uma totalização racional do conhecimento em uma consciência genérica (LEFF, 2006, pp. 348-350). O método *integrativo ontoepistemológico crítico* deve permitir o diálogo específico dos saberes em consonância com uma releitura ética e política; evitando mais do mesmo, no qual o unitário não é sinônimo de uma única via racional aniquiladora das várias formas de compreender e sentir a Terra enquanto totalidade concreta.

Destarte, que os estudos específicos devem existir, principalmente, para ampliar a análise, a compreensão e o sentimento das diversas "dimensões" do *espaço* (dos processos e formas da superfície que é complexamente política, sensível, viva, sólida, líquida, gasosa, areal e profunda) proposta por Eric Dardel, mas sem se perder em um eclecismo do estilo "vale tudo" na Geografia, mesmo sabendo que ainda hoje é difícil imaginar "uma outra relação do homem com a Terra para além do conhecimento objetivo proposto por uma geografia científica" (DARDEL, 2011, p. 91). Estes "recortes" devem retornar à apreensão da Totalidade Terrestre evitando-se ainda mais as fragmentações internas da Geografia. Deste modo, a análise da *Geografia Regional Comparada* (HARTSHORNE, 1978) deve ser mantida em recortes de *áreas* e *sítios* específicos de análise com o intuito de uma inter-relação com a integração crítica não como uma "outra Geografia" (de mais um objeto personagem), mas como especificidades do Geógrafo enquanto *sujeito da análise geográfica*.

Este *sujeito do conhecimento* deve proporcionar uma apreensão da *consciência topológica e telúrica da Terra*, pois é também o *ecúmeno* da humanidade, como em "um laço de parentesco une o

homem a tudo que o cerca, às árvores, aos animais, até as pedras", todas as dimensões da *Totalidade Terrestre* são "o próprio homem" (DARDEL, op. cit., p. 49) reencontrado, situado e co-pertencente à *natureza total*. Principalmente na contemporaneidade, pois "o planeta, todo ele, é o *habitat* da sociedade humana. Na realidade, *habitat* e ecúmeno são, agora, sinônimos, cobrindo igualmente toda a superfície da Terra" (SANTOS, 2008, p. 99). Para tal, a reconstrução do sujeito não axiológico, abstrato e atópico deste *ecúmeno* deve ser mantida em relação com o método que busque um novo olhar para o objeto, não mais fragmentado e apartado do sujeito e da complexa totalidade regional vivida. Uma nova *geograficidade* que não seja somente para dominar a Terra e suas dimensões de forma racional, pela ciência e pelos agentes dominadores e beneficiários da civilização vigente; mas uma nova *geograficidade* que seja mais igualitária de condições para todos os entes da Terra, o ecúmeno em comum. Sem que a partir das formas hegemônicas totalizadoras de representar e reproduzir os modos de vida venham hipostasiar entes enquanto conceitos absolutos que somente mantém as fragmentações, conflitos e iniquidades vigentes.

CONCLUSÃO – NOVAS SOLUÇÕES E QUESTÕES

Buscou-se nesta averiguação ensaística questionar a própria história do pensamento geográfico, através do argumento contrário à fragmentação ontoepistemológica do objeto de estudo da Geografia e conseqüentemente de sua pulsão à especialização intelectual e técnica do trabalho. Partiu-se da questão central de se a Geografia tende a "desaparecer" enquanto um saber científico de método unitário integrador do conhecimento em detrimento das chamadas "ciências geográficas" fragmentárias para o plano de reconstrução deste saber em prol de um método hermenêutico ontoepistemológico, com estrutura interpretativa das especializações de proposta integrativa-crítica, porém sem os "guetos" voltados para a descrição de seus objetos de conceitos hipostasiados enquanto *seres-lógicos-absolutos* apartados muitas vezes do real-concreto da Geografia.

Deste modo algumas considerações e conclusões prévias foram encontradas, visando outros enfoques mais aprofundados quanto a construção hermenêutica ontoepistemológico-crítica da Geografia: 1) a Geografia não pode ser definida somente como "ciência exata e da terra" ou como "ciência humana e suas tecnologias", nem enquanto "charneira" ou ponte relacional entre ambas, pois acaba por manter a dicotomia Homem/Natureza nas suas análises e reproduzir a fragmentação ontoepistemológica de seu objeto concreto; 2) a concepção de "ciência aplicada" através da "Geografia Técnica" não define a responsabilidade social e científica da Geografia e nem a solução da questão central do seu "desaparecimento", mas acaba por neutralizar a separação entre as Geografias de análises fragmentadas se for entendida como uma "nova ciência", pois a tecnologia deve ser um instrumento-recurso e não um fundamento epistemológico que mantém o discurso cibernético mecânico de interpretação da realidade-concreta; 3) o método geográfico do real concreto deve ser integrativo e *não monista* (o "monismo ontológico" totalizador), com intuito de evitar a analogia mecânica das chamadas ciências de fronteira, cabendo aqui muito cuidado: pois integrativo não quer

dizer que não seja plural ou um encaixe mecânico de disciplinas e que se faça o necessário diálogo dos saberes específicos em função da Geografia como um todo; 4) a releitura dos geógrafos "modernoclássicos" deve ser feita para entendimento da proposta integradora e não somente como historiografia neutra da ciência geográfica, devendo partir da crítica histórica da Geografia para uma análise ontoepistemológica crítica do saber geográfico; 5) as especializações de análise sobre as "esferas" ou dimensões do objeto devem ser mantidas sem um ecletismo "vale tudo" visando o aprofundamento da proposta integrativa; 6) a Geografia não deve buscar soluções na "descrição de conceitos", mas a partir de suas categorias do objeto compreender pela interpretação as inter-relações e condições da *gênese* (ou autocriação), *estrutura*, *características*, *processos* e *relações* entre os fatos da *Totalidade Terrestre* enquanto objeto real-concreto de análise geográfico; 7) o saber geográfico deve possuir um discurso interpretativo-sensível do real-concreto próprio, não como um "eco" de outros cientistas e/ou especialistas, voltando-se para seus próprios propósitos e princípios evitando-se uma contínua alienação intelectual em seu próprio processo formativo; 8) propiciar a consciência da condição terrestre como condição humana, por uma nova *geograficidade* que seja mais igualitária de condições para todos os entes da Terra enquanto o ecúmeno em comum.

Embora pensar na proposta hermenêutica ontoepistemológico-crítica de uma Geografia Filosófica não possa dar conta de resolver um problema estrutural muito mais amplo, por hora deve promover o debate entre os profissionais desta disciplina, que tem como um de seus objetivos a abordagem integradora da interpretação geográfica (por seus princípios e categorias próprias) da sociedade humana, dos entes da biosfera, do espaço físico terrestre e das comparações regionais das territorialidades em movimento.

Surgem após estas conclusões prévias novas questões a serem aprofundadas e que visem dar frutos: as crises da Geografia são tão permanentes quanto os momentos de reestruturação do capitalismo e do modo de vida ocidental? É de relevância social e crítica o saber geográfico? Existe um método geográfico ou uma geografia do real, uma *geograficidade*? O lógico e o visual são formas de interpretação da Terra, mas nossa condição terrestre envolve também o político, o percebido, o sentido e o habitar. Como compreender esta totalidade da geografia do real? Qual a responsabilidade do geógrafo perante esta *geograficidade* do real?

Como foi demonstrada, a releitura do objeto concreto da Geografia (a Terra enquanto Totalidade Concreta) deve ser feita a partir de um método hermenêutico ontoepistemológico-crítico por via do sujeito do saber geográfico (o geógrafo) já previamente reconstruído. Utilizando o conhecimento das inter-relações e condições terrestres como modo ideológico concreto identitário da humanidade enquanto ente em seu *devir* terrestre. Reconstruindo a identidade também do sujeito do ato de conhecer geográfico, enquanto "Filósofo-Participante da Terra", contrário à reprodução das relações de iniquidades, contradições e conflitos da civilização, para um futuro desejável do *ecúmeno* concreto e coabitado de uma Terra livre destas relações hegemônicas vigentes, sejam elas humanas ou não-humanas evitando-se com isto a fragmentação dicotômica de importâncias.

Assim, de forma concreta a Geografia e os geógrafos possuem problemas a enfrentar que remetem a responsabilidade do geógrafo perante a *geograficidade do real* a partir da sua superação fragmentária que impede a análise integrada das inúmeras totalidades e outridades do planeta Terra, pois a condição terrestre é a condição humana. E que este ensaio, em tom de proposta, dê frutos para a autocrítica da própria responsabilidade da Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BRAY, Silvio Carlos. Os Postulados da Análise Funcionalista na Geografia e seus Aspectos Ideológicos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana (edição abreviada)**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.
- _____. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1976.
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia José Ferrater Mora**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- FONTANAILLES, Gilvan. **Blog Geografalando**. 2012. Disponível em: <http://geografalando.blogspot.com.br/2012/07/aulas-1-ano-2-bimestre.html> Acesso em: 19 junho 2015.
- GERALDES, Eduardo Simões. Horizontes do mundo vivido: reflexões sobre a contribuição da hermenêutica para a geografia humanista. **Geograficidade**, v.01, n.01, 2011.
- GOMES, Horieste. Geografia e Planejamento. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 61, 1984.
- GUIMARÃES, Humberto Goulart. **Uma odisseia para o espaço: proposta de análise da existência espacial humana na geografia científica**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Niterói: UFF, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. Filosofia, geografia e crise da modernidade. In: HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. O conceito de Geografia como uma ciência do espaço, de Kant e Humboldt para Hettner. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 28, pp. 09-33. 2006.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Ontologia: (hermenêutica da faticidade)**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HETTNER, Alfred. A geografia como ciência corológica da superfície terrestre. **Revista GEOgraphia**: PPGEO/UFF, Niterói, vol. 13, n. 25, p. 136-152, 2011a.
- _____. A essência e as tarefas da geografia. **Revista GEOgraphia**: PPGEO/UFF, Niterói, vol. 13, n. 26, p. 136-149, 2011b.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. **Mapa Escolar do IBGE digital**. 2011. Disponível em: http://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_blocos_economicos_1.pdf Acesso em: 19 junho 2015.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, François. **História da Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- LEBON, J. H. G. **Introdução à geografia humana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro:

- Civilização Brasileira, 2006.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Da existência ao existente**. Campinas: Papirus, 1998.
- LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: nota sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MARTINS, Élvio R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.º. 21, p. 33-51, 2007.
- _____. Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento. In: KATUTA, Ângela Massumi, et al. (Orgs.). **Geografia e Mídia Impressa**. 1 ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. , p. 13-36, 2009.
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso (para a crítica da geografia que se ensina)**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda., 1987.
- _____. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. **O pensamento geográfico brasileiro, vol.2: as matrizes da renovação**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- _____. **Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- _____. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PATTISON, W. D. As quatro tradições da Geografia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, a. XXVIII, 131-142, 1976.
- QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Marxismo e Geografia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- RECLUS, Élisée. A complexidade da produção do espaço geográfico. In: RECLUS, Élisée. **Élisée Reclus: geografia. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 49)**. São Paulo: Ática, 1985.
- REYNAUD, Alain. A noção de espaço em geografia. In: SANTOS, M. e SOUZA, M. A. (Orgs.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.
- SANTOS, Douglas. **A reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: UNESP, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica (o saber posto em questão)**. Petrópolis: Vozes, 1982a.
- _____. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 59, 1982b.
- _____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Revista Terra Livre**, n.º 5, p. 9-20, 1988.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SCHAEFER, Fred K. Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico. **Boletim de Geografia Teórica**. v. 7, n. 13, p. 5-37, 1977.
- SILVA, Armando C. da. A renovação Geográfica no Brasil – 1976/1983 (As Geografias Crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 76, 1983.
- _____. **De quem é o pedaço. Espaço e Cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1986a.
- _____. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia de (Orgs.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986b.
- _____. **O Espaço Fora do Lugar**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. A Aparência, o Ser e a Forma (Geografia e Método). **Revista GEOgraphia: PPGeo/UFF**, Niterói, ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.
- SILVA, Rui Sampaio da. O Círculo hermenêutico e a distinção entre ciências humanas e ciências naturais. **Ekstasis: revista de fenomenologia e hermenêutica**, v. 1, n. 2, 2013.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Espaciologia: uma objeção. **Revista Terra Livre**, nº 5, p. 21-46, 1988.

TAAFE, Edward. A visão espacial em conjunto. **Boletim Geográfico** (34) 247. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, pp. 5-27.

TATHAM, George. A geografia no século dezenove. **Boletim Geográfico** (17) 150. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, pp. 198-226.